

**Tania Quintaneiro  
Maria Lúcia de Oliveira Barbosa  
Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira**

**Um Toque de Clássicos**  
**MARX, DURKHEIM e WEBER**

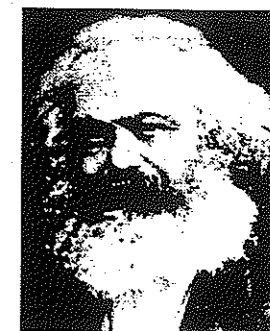
**2ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA  
1ª REIMPRESSÃO**

**Belo Horizonte  
Editora UFMG  
2003**

# KARL MARX

1

Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira  
Tania Quintaneiro



O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e em volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral.

*Karl Marx*

## I N T R O D U Ç Ã O

As formulações teóricas de Karl Marx acerca da vida social, especialmente a análise que faz da sociedade capitalista e de sua superação, provocaram desde o princípio tamanho impacto nos meios intelectuais que, para alguns, grande parte da sociologia ocidental tem sido uma tentativa incessante de corroborar ou de negar as questões por ele levantadas. Mas a relevância prática de sua obra não foi menor, servindo de inspiração àqueles envolvidos diretamente com a ação política. Herdeiro do ideário iluminista, Marx acreditava que a razão era não só um instrumento de apreensão da realidade mas, também, de construção de uma

sociedade mais justa, capaz de possibilitar a realização de todo o potencial de perfectibilidade existente nos seres humanos. As experiências do desenvolvimento tecnológico e as revoluções políticas, que tornaram o Setecentos uma época única, inspiraram sua crença no progresso em direção a um reino de liberdade.

Além das dificuldades inerentes à complexidade e extensão da obra de Marx, o que aumenta o desafio de sintetizá-la, o caráter sucinto de algumas de suas teses tem dado lugar a interpretações controversas. O que se procura a seguir é apresentar, para os que se iniciam no pensamento marxiano, seus fundamentos conceituais e metodológicos.

## DIALÉTICA E MATERIALISMO

A tradição filosófica dominante na Europa até o início da modernidade pressupunha a existência, além do mundo sensível e histórico, de uma outra dimensão mais real e povoada de *substâncias* ou de *essências* imutáveis que seriam os verdadeiros objetos do conhecimento. Sob essa ótica, o movimento e a transformação, no nível fenomênico, eram considerados mera *aparência* ou concebidos como consumação de um *ciclo* inexorável que em nada afeta o *ser* das coisas, constituído desde sempre, e sempre idêntico a si mesmo. Gradualmente, os caminhos da *razão* e da *história* irão se aproximando até que formas mais dinâmicas de entender a realidade acabarão por ocupar o lugar das concepções anteriores.

A filosofia idealista de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) é um ponto alto dessa trajetória. Para o pensador alemão, “tudo o que é real é racional, e tudo o que é racional é real”. A realidade histórica desenvolve-se enquanto manifestação da razão, num processo incessante de auto-superação desencadeado pelo *conflito* e pela *contradição* que lhe são inerentes. Tal é “o *movimento dialético*, esse caminho que produz a si mesmo”. A noção de dialética origina-se no pensamento clássico grego e é retomada e reformulada por Hegel que, discorrendo sobre a dificuldade de apreendê-la, diz:

Assim como a opinião se prende rigidamente à oposição do verdadeiro e do falso, assim, diante de um sistema filosófico, ela costuma esperar uma aprovação ou uma rejeição e, na explicação de tal sistema, costuma ver somente ou uma ou outra. A opinião não concebe a diversidade dos sistemas filosóficos como o progressivo desenvolvimento da verdade, mas na diversidade vê apenas contradição.<sup>1</sup>

O finito<sup>2</sup> deve, portanto, ser apreendido a partir do seu oposto, o infinito, o universal, e é essa relação entre o particular e a totalidade que Hegel denomina *unidade dialética*.<sup>3</sup> O fenômeno torna-se inteligível ao ser articulado à totalidade em que se insere, ao ser constituído conceitualmente. Na base desse empreendimento está o sujeito — que é quem realiza o esforço conceitual orientado a transcender a simples observação dos “fatos”, estruturando-os em um sistema totalizante. Este, no entanto, será sempre transitório, passível de superação, devido ao automovimento do conceito, que reflete a busca pela verdade em que se empenha o pensamento científico e filosófico. Aplicada aos fenômenos historicamente produzidos, a ótica dialética cuida de apontar as contradições constitutivas da vida social que resultam na *negação* e *superação* de uma determinada ordem.

Outro tópico recorrente no pensamento político e filosófico, sobretudo ao longo do século 18, refere-se à perda de autocontrole por parte dos seres humanos, subjugados pela sua própria criação: a riqueza da vida material e seus refinamentos.<sup>4</sup> Esse tema reflete-se na idéia hegeliana de *consciência alienada*, separada da realidade, “a consciência de si como natureza dividida”. De fato, para o filósofo idealista, ser livre significa recuperar a autoconsciência, e a história dos povos é o processo através do qual a Razão alcança progressivamente esse destino. Após a morte de Hegel, seu pensamento foi interpretado e, até certo ponto, instrumentalizado politicamente por seus seguidores o que deu origem a duas tendências: uma conservadora, de direita, e outra de esquerda, representada pelos jovens ou neo-hegelianos, entre os quais encontravam-se Marx e Engels.<sup>5</sup> De fato, o marxismo, desde seus inícios, manterá um intenso e duradouro debate com o idealismo hegeliano.

Na passagem do idealismo para o materialismo dialético, Ludwig Feuerbach (1804-1872), hegeliano de esquerda, foi uma figura-chave. Feuerbach sustentava que a alienação fundamental tem suas raízes no fenômeno religioso, que cinde a natureza humana, fazendo com que os homens se submetam a forças divinas, as quais, embora criadas por eles próprios, são percebidas como autônomas e superiores. O mundo religioso é concebido por Feuerbach como uma projeção fantástica da mente humana, por isso mesmo alienada.<sup>6</sup> A supressão desse mundo, por meio da *crítica religiosa*, faria desaparecer a própria alienação, promovendo a liberação da consciência.<sup>7</sup>

Embora inicialmente seduzidos pelas teses de Feuerbach, logo Marx e Engels rebateram-nas vigorosamente por considerarem tal crítica religiosa uma simples “luta contra frases”. É nesse ponto que a teoria marxista articula a dialética e o materialismo sob uma perspectiva histórica, negando, assim, tanto o idealismo hegeliano quanto o materialismo dos neo-hegelianos.<sup>8</sup> Isto resultou na reformulação não só da dialética como da concepção dos fundamentos da alienação.<sup>9</sup> Marx e Engels questionam o materialismo feuerbachiano que se limitava a captar o mundo como

objeto de contemplação e não como resultado da ação humana. Por isso, não fora capaz de vê-lo como passível de transformação através da atividade revolucionária ou crítico-prática. É a unidade entre a teoria e a *praxis* que dá sentido à frase: "Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos, cabe transformá-lo."<sup>10</sup> Para Marx e Engels, a alienação associa-se às condições materiais de vida e somente a transformação do processo de vida real, por meio da ação política, poderia extingui-la. Na sociedade capitalista, o sujeito que realiza as potencialidades da história é o proletariado, libertando a consciência alienada que atribui à realidade histórica uma aparência mágica, enfeitada.

Hoje em dia, tudo parece levar em seu seio sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de encurtar e fazer mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas convertem-se, por arte de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se converte em escravo de outros homens ou de sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece não poder brilhar mais que sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças produtivas materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, por um lado, e a miséria e a decadência, por outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, abrumador e incontrovertido. (...) não nos enganamos a respeito da natureza desse espírito maligno que se manifesta constantemente em todas as contradições que acabamos de assinalar. Sabemos que, para fazer trabalhar bem as novas forças da sociedade, necessita-se unicamente que estas passem às mãos de homens novos, e que tais homens novos são os operários.<sup>11</sup>

A análise da vida social deve, portanto, ser realizada através de uma perspectiva dialética que, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto. Marx afirma que a compreensão positiva das coisas "inclui, ao mesmo tempo, o conhecimento de sua negação fatal, de sua destruição necessária, porque ao captar o próprio movimento, do qual todas as formas acabadas são apenas uma configuração transitória, nada pode detê-la, porque em essência é crítica e revolucionária".<sup>12</sup> Com isso, reforça as diferenças entre sua interpretação da realidade e as anteriores. Enquanto para Hegel a história da humanidade nada mais é do que a história do desenvolvimento do Espírito, Marx e Engels colocam como ponto de partida

os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou (...) A primeira condição de toda a história humana é, evidentemente, a existência de seres humanos vivos.<sup>13</sup>

Este método de abordagem da vida social foi denominado posteriormente de *materialismo histórico*. De acordo com tal concepção, as relações *materiais* que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações. Mas essa maneira de exercer a atividade não corresponde meramente à

reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem, como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção.<sup>14</sup>

Conforme a perspectiva materialista e dialética, todo fenômeno social ou cultural é efêmero. Logo, tanto a análise da evolução dos processos econômicos quanto a produção de conceitos para estruturar sua compreensão devem partir do reconhecimento de que:

As formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem e trocam são transitórias e históricas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção, e com o modo de produção mudam as relações econômicas, que não eram mais que as relações necessárias daquele modo concreto de produção... as categorias econômicas não são mais que abstrações destas relações reais e são verdades unicamente enquanto essas relações subsistem.<sup>15</sup>

Segundo Marx, os economistas de seu tempo não reconhecem a historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista, por isso suas teorias são comparáveis às dos teólogos, para os quais "toda religião estranha é pura invenção humana, enquanto a deles próprios é uma emanção de Deus". Ele questiona a perspectiva para a qual as relações burguesas de produção são naturais, estão de acordo com as leis da natureza, como se fossem "independentes da influência do tempo", sendo por isso consideradas como "leis eternas que devem reger sempre a sociedade. De modo que até agora houve história, mas agora já não há." Assim, as instituições feudais teriam sido históricas, ironiza, mas as burguesas seriam naturais e, portanto, imutáveis.<sup>16</sup> Para ele, tanto os processos ligados à produção são transitórios, como as idéias, concepções, gostos, crenças, categorias do conhecimento e ideologias os quais, gerados socialmente,

dependem do modo como os homens se organizam para produzir. Portanto, o pensamento e a consciência são, em última instância, decorrência da relação homem/natureza, isto é, das relações materiais.

Será a maneira de ver a natureza e as relações sociais que a imaginação grega inspira — e que constitui, por isso mesmo, o fundamento da mitologia grega — compatível com as máquinas automáticas de fiar, as ferrovias, as locomotivas e o telégrafo elétrico? Quem é Vulcano ao pé de Roberts & Cia., Júpiter em comparação com o pára-raios e Hermes em comparação com o Crédito Imobiliário? Toda a mitologia subjuga, governa as forças da natureza no domínio da imaginação e pela imaginação, dando-lhes forma: portanto, desaparece quando estas forças são dominadas realmente... A arte grega supõe a mitologia grega, isto é, a elaboração artística mas inconsciente da natureza e das próprias formas sociais pela imaginação popular. São esses os seus materiais... Jamais a mitologia egípcia teria podido proporcionar um terreno favorável à eclosão da arte grega.<sup>17</sup>

## NECESSIDADES: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Na busca de atender às suas carências, os seres humanos produzem seus meios de vida. É nessa atividade que recriam a si próprios e reproduzem sua espécie num processo que é continuamente transformado pela ação das sucessivas gerações. A premissa da análise marxista da sociedade é, portanto, a existência de seres humanos que, por meio da interação com a natureza e com outros indivíduos, dão origem à sua vida material.

Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história (...) [é] que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de "fazer a história". Mas, para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.<sup>18</sup>

Todos os seres vivos devem refazer suas energias a fim de assegurar sua existência e a de sua espécie. Todavia, ao interagir com a natureza, os animais atuam de forma inconsciente, não-cumulativa, somente em resposta às suas privações imediatas, e tendo como limite as condições naturais.

É certo que também o animal produz. Constrói para si um ninho, casas, como as abelhas, os castores, as formigas etc. Mas produz unicamente o que necessita imediatamente para si ou sua prole (...) produz unicamente por força de uma necessidade física imediata, enquanto o homem produz inclusive livre da necessidade física e só produz realmente liberado dela; o animal produz somente a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; o produto do animal pertence imediatamente a seu corpo físico, enquanto o homem enfrenta-se livremente com seu produto. O animal produz unicamente segundo a necessidade e a medida da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie e sabe sempre impor ao objeto a medida que lhe é inerente; por isso o homem cria também segundo as leis da beleza.<sup>19</sup>

Ao produzir para prover-se do que precisam, os seres humanos procuram dominar as circunstâncias naturais, e podem modificar a fauna e a flora.<sup>20</sup> Para isto, organizam-se socialmente, estabelecem relações *sociais*. O ato de produzir gera também novas necessidades, que não são, por conseguinte, simples exigências naturais ou físicas, mas produtos da existência *social*.

A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozinhada, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua, servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes. Por conseguinte, a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor.<sup>21</sup>

Logo, "a própria quantidade das supostas necessidades naturais, como o modo de satisfazê-las, é um produto histórico que depende em grande parte do grau de civilização alcançado".<sup>22</sup> Na busca de controlar as condições naturais, os homens criam novos objetos os quais não só se incorporam ao ambiente, modificando-o, como passam às próximas gerações. Os resultados da atividade e da experiência humanas que se objetivam são acumulados e transmitidos por meio da cultura. É por meio da ação produtiva que o homem humaniza a natureza e também a si mesmo. O processo de produção e reprodução da vida através do *trabalho* é, para Marx, a atividade humana básica, a partir da qual se constitui a "história dos homens", é para ele que se volta o *materialismo histórico*, método de análise da vida econômica, social, política, intelectual.

# FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Marx nunca se refere à produção em geral, mas à “produção num estágio determinado do desenvolvimento social [que] é a produção dos indivíduos vivendo em sociedade”. Embora a sociedade seja “o produto da ação recíproca dos homens”, ela não é uma obra que esses realizam de acordo com seus desejos particulares. A estrutura de uma sociedade depende do estado de desenvolvimento de suas *forças produtivas* e das *relações sociais de produção* que lhes são correspondentes. Tais conceitos são interdependentes e têm, antes de mais nada, uma finalidade analítica, de modo a tornar inteligível a realidade.

A ação dos indivíduos sobre a natureza é expressa no conceito de forças produtivas — o qual busca apreender o modo como aqueles obtêm, em determinados momentos, os bens de que necessitam e, para isto, em que grau desenvolveram sua tecnologia, processos e modos de cooperação, a divisão técnica do trabalho, habilidades e conhecimentos utilizados na produção, a qualidade dos instrumentos e as matérias-primas de que dispõem. Esse conceito pretende, pois, exprimir o grau de domínio humano sobre a natureza, embora Marx assinala

que os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas — base de toda sua história — pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia está determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior a eles, que eles não criaram e que é produto da geração anterior. O simples fato de que cada geração posterior encontre forças produtivas adquiridas pela geração precedente, que lhe servem de matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade porque as forças produtivas dos homens e, por conseguinte, suas relações sociais adquiriram maior desenvolvimento.<sup>23</sup>

O conceito de relações sociais de produção refere-se às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção e do produto, e o tipo de divisão social do trabalho numa dada sociedade e em um período histórico determinado. Ele expressa o modo como os homens se organizam entre si para produzir; que formas existem naquela sociedade de apropriação

de ferramentas, tecnologia, terra, fontes de matéria-prima e de energia, e eventualmente de trabalhadores; quem toma decisões que afetam a produção; como a massa do que é produzido é distribuída, qual a proporção que se destina a cada grupo, e as diversas maneiras pelas quais os membros da sociedade produzem e repartem o produto. Na medida em que, ao produzir, os homens atuam coletivamente, cooperam,

a produção da vida, tanto a própria através do trabalho como a alheia através da procriação, surge-nos agora como uma relação dupla: por um lado, como uma relação natural e, por outro, como uma relação social — social no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneira e com que objetivo. Segue-se que um determinado modo de produção ou estágio de desenvolvimento industrial se encontram permanentemente ligados a um modo de cooperação ou a um estado social determinado, e que esse modo de cooperação é ele mesmo uma força produtiva.<sup>24</sup>

Ainda que a cooperação seja uma relação social de produção porque ocorre entre seres humanos, ela pode se dar tendo em vista interesses particulares, como o de aumentar a produtividade do trabalho ou a quantidade de trabalho explorado. Devido a condições socialmente estabelecidas — ou seja, em sociedades onde existem classes sociais — dá-se um acesso diferenciado, segundo o grupo social, ao produto e aos meios para produzi-lo. A distribuição — que aparece como se fosse apenas distribuição das riquezas nada tendo a ver com a produção — é, antes de mais nada: 1) distribuição dos instrumentos de produção e, 2) distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes gêneros de produção. A quantidade de produtos a que distintos membros de sociedades têm acesso é o resultado desta distribuição, que é parte da estrutura do próprio processo produtivo.

A divisão social do trabalho expressa modos de segmentação da sociedade, ou seja, desigualdades sociais mais abrangentes como a que decorre da separação entre trabalho manual e intelectual, ou entre “o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e, como consequência, a separação entre a cidade e o campo e a oposição dos seus interesses”.<sup>25</sup> A partir dessas grandes divisões, ocorreram historicamente outras como, por exemplo, entre os grupos que assumiram as ocupações religiosas, políticas, administrativas, de controle e repressão, financeiras etc. A cada um desses grupos cabem tanto tarefas distintas quanto porções maiores ou menores do produto social, já que eles ocupam posições desiguais relativamente ao controle e propriedade dos meios de produção. Assim, o tipo de divisão social do trabalho corresponde à estrutura de classes da sociedade,

os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade; por outras palavras, cada

novo estágio na divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que toca à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho.<sup>26</sup>

Marx sugere que se imagine uma reunião de homens livres que trabalham com meios de produção comuns e que agrupam suas forças. Seu produto é social, uma parte do qual volta a ser meio de produção e outra é consumida. "O modo de distribuição variará segundo o organismo produtor da sociedade e o grau de desenvolvimento histórico alcançado pelos produtores."<sup>27</sup> Devido à percepção alienada que se tem das relações sociais, Marx salienta que elas também são obra dos homens, do mesmo modo como o são o linho ou a seda.

O moinho movido a braço nos dá a sociedade dos senhores feudais; o moinho movido a vapor, a sociedade dos capitalistas industriais. Os homens, ao estabelecerem as relações sociais vinculadas ao desenvolvimento de sua produção material, criam também os princípios, as idéias e as categorias conformes às suas relações sociais. Portanto, essas idéias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações às quais servem de expressão.<sup>28</sup>

Assim sendo, as noções de forças produtivas e de relações sociais de produção mostram que tais relações se interligam de modo que as mudanças em uma provocam alterações na outra. Em resumo, o conceito de forças produtivas refere-se aos instrumentos e habilidades que possibilitam o controle das condições naturais para a produção, e seu desenvolvimento é em geral cumulativo. O conceito de relações sociais de produção trata das diferentes formas de organização da produção e distribuição, de posse e tipos de propriedade dos meios de produção, bem como e que se constituem no substrato para a estruturação das desigualdades expressas na forma de classes sociais. O primeiro trata das relações homem/natureza e o segundo das relações entre os homens no processo produtivo.

## ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

O conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade forma sua *base* ou *estrutura*<sup>29</sup> que, por sua vez, é o fundamento sobre o qual se constituem as instituições políticas e sociais.

A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultam daquilo que esses indivíduos aparentam perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são *na realidade*, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente.<sup>30</sup>

Segundo a concepção materialista da história, na produção da vida os homens geram também outra espécie de produtos que não têm forma material: as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimentos, ilusões, modos de pensar e concepções de vida diversos e plasmados de um modo peculiar. A classe inteira os cria e os plasma derivando-os de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes.<sup>31</sup> Esta é a *superestrutura* ou *supra-estrutura*. Marx e Engels sintetizam a articulação entre esses dois níveis na seguinte crítica ao idealismo:

São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real... Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão, antes, os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos deste pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.<sup>32</sup>

Assim, a explicação das formas jurídicas, políticas, espirituais e de consciência encontra-se na base econômica e material da sociedade, no modo como os homens estão organizados no processo produtivo. No caso das sociedades onde se dá a apropriação privada dos meios para produzir, esta base relaciona-se diretamente à forma adotada por suas instituições.

Na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto há que se buscar o segredo mais profundo, o cimento oculto de todo o edifício social, e por conseguinte da forma política que a relação de soberania e dependência adota; em uma palavra, a base da forma específica que o Estado adota em um período dado. Isto não impede que a mesma base econômica apresente, sob a influência de inúmeras condições empíricas distintas, de condições naturais, de relações sociais, influências históricas exteriores, infinitas variações e matizes, que só poderão ser esclarecidos por uma análise dessas circunstâncias empíricas.<sup>33</sup>

Esta base material é, portanto, expressa no conceito de *modo de produção* que serve para caracterizar distintas etapas da história humana. Na medida em que uma diversidade de fatores contribui para a configuração das maneiras como se produz em diferentes sociedades e épocas, de

suas estruturas de classes, assim como de suas leis, religiões, regimes políticos e outros elementos superestruturais, o conceito de modo de produção é abstrato o suficiente para contemplar as formas particulares que se apresentam historicamente. Marx faz menção aos modos de produção comunista primitivo, antigo, feudal e capitalista nas sociedades ocidentais, ao asiático que compreende as sociedades orientais e as pré-colombianas da América do Sul, e finalmente ao comunista. Debates posteriores encarregaram-se de mostrar que, com isso, Marx não pretendia dizer que o progresso social encaminhava-se linearmente e numa direção única: aquela trilhada pelas sociedades ocidentais mais avançadas. O êxito da Revolução socialista na Rússia czarista em 1917 contribuiu para mostrar que nem todas as sociedades tinham que passar pelas mesmas etapas.

Os conceitos-chave para a compreensão do materialismo histórico foram sintetizados por Marx ao narrar sua própria trajetória intelectual:

O meu primeiro trabalho, que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel (...) Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se, pelo contrário, nas condições materiais de existência de que Hegel (...) compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política (...) A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos pode formular-se resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais tinham se movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge, então, uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura.<sup>34</sup>

Coube a Engels, numa longa carta, esclarecer alguns equívocos que já se anunciavam então a respeito da relação entre a estrutura e a superestrutura.<sup>35</sup>

Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso. Se alguém o tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura — as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez ganha uma batalha, são redigidas pela classe vitoriosa etc., as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até serem convertidas em sistemas dogmáticos — exercem igualmente a sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam predominantemente sua forma (...) Somos nós mesmos que fazemos a história, mas, nós a fazemos, em primeiro lugar, segundo premissas e condições muito concretas. Entre elas, são as econômicas as que, em última instância, decidem. Mas também desempenham um papel, ainda que não seja decisivo, as condições políticas e até as tradições que rondam como um duende nas cabeças dos homens... O fato de que os discípulos destaquem mais que o devido o aspecto econômico é coisa que, em parte, temos a culpa Marx e eu mesmo. Frente aos adversários, tínhamos que sublinhar este princípio cardinal que era negado, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações. Infelizmente, ocorre com freqüência que se crê haver entendido totalmente e que se pode manusear sem dificuldades uma nova teoria pelo simples fato de se haver assimilado, e nem sempre exatamente, suas teses fundamentais. Desta crítica não estão isentos muitos dos novos “marxistas” e assim se explicam muitas das coisas inexpressivas com que contribuíram.<sup>36</sup>

De toda maneira, a complexidade da relação estrutura e superestrutura continuou levando a interpretações contraditórias do marxismo. As chamadas leituras economicistas do pensamento de Marx enfatizam o determinismo da vida econômica sobre as formas superestruturais, excluindo qualquer possibilidade de que as ideologias, as ciências, a arte, as crenças religiosas, as formas de consciência coletiva, tanto de classes como de outros modos de associação, sistemas jurídicos ou de governo tenham exercido sobre a história de um povo um papel, se não determinante, pelo menos com peso semelhante ao da estrutura. Tais perspectivas foram com freqüência utilizadas com a finalidade de impor concepções políticas autoritárias, mesmo que anticapitalistas, algumas das quais se propuseram a promover uma “revolução” no nível superestrutural de



modo a adequá-lo às chamadas “necessidades da produção”. Com isso, tradições culturais, valores, crenças e costumes sofreram intervenções por parte de interesses políticos organizados.<sup>37</sup> Em muitos casos, manifestações artísticas como a poesia, a escultura, a pintura e o teatro servem até hoje de testemunho das exigências que lhes foram colocadas por vanguardas partidárias.

## CLASSES SOCIAIS E ESTRUTURA SOCIAL

Marx não deixou uma teoria sistematizada sobre as classes sociais, embora este seja um tema obrigatório para que suas interpretações a respeito das desigualdades sociais, da exploração, do Estado e da revolução sejam compreendidas. Tal teoria acabou por ser constituída a partir dos elementos disseminados em seus distintos trabalhos.<sup>38</sup> O ponto de partida é que a *produção* é “a atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida”, e através dela o homem se humaniza. No processo de produção os homens estabelecem entre si determinadas relações sociais através das quais extraem da natureza o que necessitam. Desde aí, Marx reflete sobre o significado — para o indivíduo e a sociedade — da apropriação por não-produtores (pessoas, empresas ou o Estado) de uma parcela do que é produzido socialmente, e desenvolve sua concepção de *classe*, *exploração*, *opressão* e *alienação*.

Enquanto as sociedades estiveram limitadas por uma capacidade produtiva exígua, a sobrevivência de seus membros só era garantida por meio de uma luta constante para obter da natureza o indispensável. A organização social era simples e existia apenas uma *divisão natural do trabalho* segundo a idade, a força física e o gênero. Ou seja, “numa época em que duas mãos não podem produzir mais do que o que uma boca consome, não existem bases econômicas”<sup>39</sup> que possibilitem que uns vivam do trabalho de outros, seja na forma de trabalho escravo ou de qualquer outro modo de exploração. É o surgimento de um *excedente* da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação das condições de produção por parte de alguns membros da comunidade os quais passam, então, a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores. Vê-se, portanto, que a existência das classes sociais vincula-se a circunstâncias históricas específicas, quais sejam, aquelas em que a criação de um excedente possibilita a *apropriação privada* das condições de produção. Dessa forma, o materialismo histórico descarta as interpretações que atribuem um caráter natural, inexorável, a esse tipo particular de desigualdade.

E ainda afasta definitivamente a idéia segundo a qual as classes se definiriam a partir do nível de renda ou da origem dos rendimentos: isso não só resultaria numa infinidade de situações como, também, tornaria a distribuição da riqueza produzida socialmente a própria causa da desigualdade. A renda não é um fator independente da produção: é, antes, uma expressão da parcela maior ou menor do produto a que um grupo de indivíduos pode ter direito em decorrência de sua posição na estrutura de classes.

A configuração básica de classes nos termos expostos acima expressa-se, de maneira simplificada, num modelo dicotômico: de um lado, os proprietários ou possuidores dos meios de produção, de outro, os que não os possuem. Historicamente, essa polaridade apresenta-se de diferentes maneiras conforme as relações sociais e econômicas de cada formação social. Daí os escravos e patrícios, servos e senhores feudais, aprendizes e mestres, trabalhadores livres e capitalistas... Esse é, sem dúvida, um esquema teórico insuficiente para apreender a complexidade e variações presentes em sociedades concretas. Nem mesmo no caso da Inglaterra, a sociedade capitalista mais desenvolvida da época, a divisão de classes aparecia em sua forma pura, e as conseqüências da convivência entre elementos de distintos modos de produção podem ser observadas na Europa, onde

à parte dos males da época atual, temos que suportar uma larga série de males hereditários provenientes da sobrevivência de modos de produção superados, com as conseqüências das relações políticas e sociais anacrônicas que engendra. Não só temos que sofrer com os vivos mas, além disso, com os mortos.<sup>40</sup>

A utilidade do esquema dicotômico reside na possibilidade de identificar a *configuração* básica das classes de cada modo de produção, aquelas que responderão pela dinâmica essencial de uma dada sociedade, definindo inclusive as relações com as demais classes.

Em todas as formas de sociedade, é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem todas as outras produções e as relações a que elas dão origem, a sua categoria e a sua importância. É como uma iluminação geral que modifica as tonalidades particulares de todas as cores.<sup>41</sup>

Mesmo assim, Marx acredita que a tendência do modo capitalista de produção é separar cada vez mais o trabalho e os meios de produção, concentrando e transformando estes últimos em capital e àquele em trabalho assalariado e, com isso, eliminar as demais divisões intermediárias das classes. Não obstante, as sociedades comportam também critérios e

modos de apropriação e de estabelecimento de privilégios que geram ou mantêm outras divisões e classes além daquelas cujas relações são as que, em definitivo, modelam a produção e a formação socioeconômica. O estabelecimento de novas relações sociais de produção com a organização jurídica e política correspondente e, com elas, de novas classes, quase nunca representa uma completa extinção dos modos de produção anteriores, cujos traços às vezes só gradualmente vão desaparecendo.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista tomou rumos imprevisíveis para um analista situado, como Marx, em meados do século 19. A organização econômica e política ancorou-se cada vez mais firmemente em níveis internacionais e, no interior de cada sociedade, esses processos adquiriram feições muito singulares, referidas à diversidade de elementos que conformaram suas experiências históricas. Tudo isso teve como resultado novas subdivisões no interior das classes sociais, como ocorre com o crescimento das chamadas "classes médias" e dos setores tecnoburocráticos. Em outros casos, consolidou a existência de antigas relações de produção, às vezes sob novas roupagens, tanto no campo como nas cidades. Em suma, formaram-se historicamente estruturas econômicas e sociais complexas, conjugando relações entre as novas classes e frações<sup>42</sup> de classe típicas das sociedades capitalistas tradicionais.

A crítica feita pelo marxismo à propriedade privada dos meios de produção da vida humana dirige-se, antes de tudo, às suas conseqüências: a exploração da classe de produtores não-possuidores por parte de uma classe de proprietários, a limitação à liberdade e às potencialidades dos primeiros e a desumanização de que ambos são vítimas. Mas o domínio dos possuidores dos meios de produção não se restringe à esfera produtiva: a classe que detém o poder material numa dada sociedade é também a potência política e espiritual dominante.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, uma consciência, e é em conseqüência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes de sua época.<sup>43</sup>

## LUTAS DE CLASSES

No trecho a seguir estão sintetizados aspectos importantes da teoria marxiana sobre as classes e a relação conflituosa que mantêm:

Pelo que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e alguns economistas burgueses, a sua anatomia. O que acrescentei de novo foi demonstrar: 1) que a existência das classes está unida apenas a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura não é mais que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.<sup>44</sup>

O *Manifesto comunista* inicia-se com a afirmativa de que as classes sociais sempre se enfrentaram e "mantiveram uma luta constante, velada umas vezes e noutras franca e aberta; luta que terminou sempre com a transformação revolucionária de toda a sociedade ou pelo colapso das classes em luta".<sup>45</sup> Portanto, a história das sociedades cuja estrutura produtiva baseia-se na apropriação privada dos meios de produção pode ser descrita como a história das *lutas de classes*. Essa expressão, antes de significar uma situação de confronto explícito — que de fato pode ocorrer em certas circunstâncias históricas — expressa a existência de contradições numa estrutura classista, o antagonismo de interesses que caracteriza necessariamente uma relação entre classes, devido ao caráter dialético da realidade. Dado que as classes dominantes sustentam-se na exploração do trabalho daqueles que não são proprietários nem possuidores dos meios de produção — assim como em diversas formas de opressão social, política, intelectual, religiosa etc. — a relação entre elas não pode ser outra senão conflitiva, ainda que apenas potencialmente. Para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes. É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela é dita o "motor da história". A classe explorada constitui-se assim no mais potente agente da mudança.

Para fins analíticos, Marx distingue conceitualmente as *classes em si*, conjunto dos membros de uma sociedade que são identificados por compartilhar determinadas condições objetivas, ou a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção, das *classes para si*,

classes que se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída também do ponto de vista subjetivo.<sup>46</sup> Essa distinção tornou-se clássica pela referência que Marx faz, num texto muito conhecido, aos camponeses pequenos proprietários da França. Estes são apresentados como uma massa de famílias pobres que, dado seu modo de produzir, eram auto-suficientes e viviam isolados. Um quantas famílias constituem uma aldeia, umas quantas aldeias, um departamento, e

assim se forma a grande massa da nação francesa, pela simples soma de unidades do mesmo nome, do mesmo modo como as batatas de um saco formam um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que as distinguem por sua maneira de viver, seus interesses e sua cultura de outras classes e se opõem a elas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Dado que existe entre os pequenos proprietários camponeses uma articulação puramente local, e a identidade de interesses não engendra entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...) não podem representar-se, mas têm que ser representados. Seu representante tem que aparecer ao mesmo tempo como seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder ilimitado de governo que o proteja das demais classes e que lhes envie desde o alto a chuva e o sol.<sup>47</sup>

A consciência de classe conduz, na sociedade capitalista, à formação de associações políticas (sindicatos, partidos) que buscam a união solidária entre os membros da classe oprimida com vistas à defesa de seus interesses e ao combate aos opressores. Por isso é que

a coalizão persegue sempre uma dupla finalidade: acabar com a concorrência entre os operários para poder fazer uma concorrência geral aos capitalistas. Se a primeira finalidade da resistência se reduzia à defesa do salário, depois, à medida que os capitalistas se associam, movidos, por sua vez, pela idéia de repressão, as coalizões, a princípio isoladas, formam grupos, e a defesa das associações por parte dos trabalhadores frente ao capital, sempre unido, acaba sendo para eles mais necessário que a defesa do salário. (...) As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, esta massa já é uma classe com respeito ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta (...) esta massa se une, se constitui como classe para si.<sup>48</sup>

Um exemplo histórico do papel revolucionário exercido por uma classe social foi dado pela burguesia durante as revoluções ocidentais no

início da Idade Moderna. Durante aquele processo, ela representava uma nova força produtiva, dotada de possibilidades gigantescas de transformação nas relações sociais.

## A ECONOMIA CAPITALISTA

O foco de Marx em *O capital*, sua obra madura, é a sociedade capitalista, a forma de organização social mais desenvolvida e mais variada de todas já existentes. Ao analisá-la, compreendem-se também outras formações socioeconômicas anteriores e desaparecidas — como as sociedades primitivas, as escravistas, as asiáticas e as feudais — “sob cujas ruínas e elementos ela se edificou, das quais certos vestígios ainda não apagados, que continuam a existir nela, se enriquecem de toda a sua significação”.<sup>49</sup>

A unidade analítica mais simples dessa sociedade e a expressão elementar de sua riqueza é a *mercadoria*, forma assumida pelos produtos e pela própria força de trabalho, e composta por dois fatores: *valor de uso* e *valor de troca*. Por um lado, a mercadoria tem a propriedade de satisfazer as necessidades humanas, sejam as do estômago ou as da fantasia, servindo como meio de subsistência ou de produção. Por ser útil, ela tem um valor de uso que se realiza ou se efetiva no consumo, enquanto o que não se consome nunca se torna mercadoria. Coisas úteis, porém, podem não ser mercadorias, desde que não sejam produtos do trabalho ou não se destinem à troca (como a produção para uso próprio).

Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, mede-se a quantidade da “substância” que ela contém, o trabalho, embora para isso não se levem em conta as diferenças entre habilidades e capacidades de seus produtores individualmente e, sim, a força social média, o *tempo de trabalho socialmente necessário*, isto é, “todo trabalho executado com grau médio de habilidade e intensidade em condições normais relativas ao meio social dado”. Ou seja, o cálculo do valor de troca é feito segundo o tempo de trabalho gasto na sua produção em uma sociedade e em um período dados. Distintas mercadorias podem ter valores diferentes e, para que seus possíveis consumidores realizem entre si os intercâmbios que pretendem, é preciso haver um meio de quantificar tais valores, que variam segundo o lugar e a época, a disponibilidade de materiais, as técnicas para obtê-los e transformá-los etc. No momento da permuta, faz-se a abstração da forma concreta assumida pela mercadoria (um prato feito ou um ramo de flores) e do seu valor de uso, e então “só lhe resta uma qualidade: a de ser produto do trabalho (...) uma inversão de força humana de trabalho, sem referência à forma particular em que foi invertida”.<sup>50</sup>

A existência de produtores que realizam trabalhos distintos e que, por isso, precisam obter o produto da atividade de outros para seu próprio consumo, é resultado da divisão do trabalho.

Com efeito, as mercadorias a trocar umas pelas outras são simplesmente trabalho materializado em diferentes valores de uso, portanto materializado de diversas formas — são apenas o modo de existência materializado da divisão do trabalho ou a materialização de trabalhos quantitativamente diferentes, correspondendo a sistemas de necessidades diferentes.<sup>51</sup>

Em troca do que necessita, cada um oferece o fruto de seu próprio labor, ainda que metamorfoseado na forma de moeda.<sup>52</sup> O marceneiro veste roupas, a arquiteta come pão, o pedreiro vai ao cinema, o agricultor toma remédios, a enfermeira lê jornal, o banqueiro escova os dentes. Qual deles produz tudo aquilo de que precisa?

O sistema capitalista é aquele no qual se aboliu da maneira mais completa possível a produção com vistas à criação de valores de uso imediato, para o consumo do produtor: a riqueza só existe agora como processo social que se expressa no entrelaçamento da produção e da circulação.<sup>53</sup>

As relações de produção capitalistas implicam na existência do *mercado*, onde também a *força de trabalho* é negociada por um certo valor entre o trabalhador livre e o capital. A força de trabalho é uma mercadoria que tem características peculiares: é a única que pode produzir mais riqueza do que seu próprio valor de troca. No entanto,

a força de trabalho não foi sempre uma mercadoria, o trabalho não foi sempre trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao escravista, do mesmo modo que o boi não vende seu trabalho ao lavrador. O escravo é vendido de uma vez para sempre, com sua força de trabalho, a seu amo. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um dono às mãos de outro. Ele é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é uma mercadoria que lhe pertença. O servo da gleba só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele que obtém um salário do proprietário do solo, pelo contrário, é o proprietário do solo que recebe dele um tributo. Mas o trabalhador livre se vende a si mesmo e, ademais, vende-se em partes. Leiloa 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia (...) ao proprietário de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de vida, isto é, ao capitalista.<sup>54</sup>

E como se determina o valor da força de trabalho no mercado? Através do “valor dos meios de subsistência requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”, ou seja, tudo o que é necessário

para que o trabalhador se reproduza de acordo com suas habilidades, capacitação e nível de vida, o qual varia historicamente entre épocas, regiões e ocupações. Isso também significa que o produtor reproduz a si mesmo enquanto categoria “trabalhador” e à sua família para que, como diz Marx, “essa singular raça de possuidores dessa mercadoria se perpetue no mercado”. O *capital* — para quem ela é útil e que compra essa mercadoria — não é simplesmente uma soma de meios de produção. Esses, sim, é que foram transformados em capital ao serem apropriados pela burguesia. O capital, assim como o trabalho assalariado, é uma relação social de produção, é uma forma histórica de distribuição das condições de produção, resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade.

A sociedade capitalista baseia-se na ideologia da igualdade, cujo parâmetro é o mercado. De um lado, está o trabalhador que oferece no mercado sua força de trabalho, de outro, o empregador que a adquire por um salário.<sup>55</sup> A idéia de equivalência na troca é crucial para a estabilidade da sociedade capitalista. Os homens aparecem como iguais diante da lei, do Estado, no mercado etc., e assim eles vêm-se a si mesmos. Mas, embora o processo de venda da força de trabalho por um salário apareça como um intercâmbio entre equivalentes, o valor que o trabalhador pode produzir durante o tempo em que trabalha para aquele que o contrata é superior àquele pelo qual vende suas capacidades. Marx distingue o *tempo de trabalho necessário*, durante o qual se dá a reprodução do trabalhador e no qual gera o equivalente a seu salário, do *tempo de trabalho excedente*, período em que a atividade produtiva não cria valor para o trabalhador mas para o proprietário do capital. Em função das relações sociais de produção capitalistas, o valor que é produzido durante o tempo de trabalho excedente ou não-pago é apropriado pela burguesia. Parte desse valor extraído gratuitamente durante o processo de produção passa a integrar o próprio capital, possibilitando a acumulação crescente.<sup>56</sup> O valor que ultrapassa o dos fatores consumidos no processo produtivo (meios de produção e força de trabalho), e que se acrescenta ao capital empregado inicialmente na produção, é a *mais-valia*. Ela se transforma, assim, em uma riqueza que se opõe à classe dos trabalhadores. A *taxa de mais-valia*, a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário, expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital. O que impede o trabalhador de perceber como se dá efetivamente todo esse processo é sua situação alienada. Em síntese, o trabalho apropriado pelo capital “é trabalho forçado, ainda que possa parecer o resultado de uma convenção contratual livremente aceita”.<sup>57</sup>

# O PAPEL REVOLUCIONÁRIO DA BURGUESIA

Marx concentra boa parte de sua obra na análise do surgimento, evolução e superação do capitalismo e no modo pelo qual ele se originou da destruição da sociedade feudal que o antecede. Segundo ele, a organização produtiva feudal, com sua forma de propriedade dos meios de produção urbana e rural, processos de trabalho e técnicas, já tinha se esgotado, e novas forças produtivas muito mais poderosas vinham se desenvolvendo. Conquanto a proteção das guildas e corporações da Idade Média tivesse possibilitado a acumulação do capital, o desenvolvimento do comércio marítimo e a fundação das colônias, a manutenção das velhas estruturas feudais constituir-se-iam num entrave à continuidade daquela expansão.<sup>58</sup>

Vimos, pois, que os meios de produção e de troca, sobre cuja base a burguesia se formou, foram criados na sociedade feudal. Ao alcançar um certo grau de desenvolvimento, esses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava, toda a organização feudal da agricultura e da indústria, em uma palavra, as relações feudais de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Freavam a produção em lugar de impulsioná-la... Era preciso romper essas travas, e foram rompidas. Em seu lugar estabeleceu-se a livre concorrência, com uma constituição social e política adequada a ela e com a dominação econômica e política da classe burguesa.<sup>59</sup>

Os regulamentos das corporações medievais opunham forte resistência “à transformação do mestre em capitalista, ao limitar, por meio de rigorosos editos, o número máximo de oficiais e aprendizes que tinha o direito de empregar, e ao proibir-lhe a utilização de oficiais em qualquer outro ofício que não fosse o seu”.<sup>60</sup> Além disso, era permitido aos comerciantes comprar qualquer tipo de mercadorias... menos a força de trabalho uma vez que, para transformá-la em capital, o possuidor de dinheiro precisava encontrar no mercado o trabalhador livre

desde um duplo ponto de vista. Primeiro, o trabalhador tem que ser uma pessoa livre, que disponha a seu arbítrio de sua força de trabalho como de sua própria mercadoria; segundo, não deve ter outra mercadoria para vender. Por assim dizer, tem que estar livre de todo, por completo desprovido das coisas necessárias para a realização de sua capacidade de trabalho.<sup>61</sup>

Deve ficar claro que não se tratava apenas de uma mudança nos processos produtivos, mas também no que se refere à organização política

do Estado, às forças sociais em que este se sustentava e a outras instituições, tais como o sistema jurídico e tributário, a moral, religião, cultura e ideologia antes dominantes. A burguesia cumpriu, então, um papel revolucionário. Sua ação destruiu os modos de organização do trabalho, as formas da propriedade no campo e na cidade; debilitou as antigas classes dominantes — como a aristocracia feudal e o clero, substituiu a legislação feudal, e eliminou os impostos e obrigações feudais, as corporações de ofício, o sistema de vassalagem que impedia que os servos se transformassem nos trabalhadores livres e mesmo o regime político monárquico nos casos em que sua existência representava um obstáculo ao pleno desenvolvimento das potencialidades da produção capitalista. Essa dimensão revolucionária da ação burguesa não se esgota com a extinção daquelas antigas formas, porque, além disso,

a burguesia não pode existir senão sob a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, com isso, todas as relações sociais (...) Uma revolução contínua na produção, um abalo constante de todas as condições sociais, uma inquietude e um movimento constantes distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Rompem-se todas as relações sociais estancadas e deterioradas, com seu cortejo de crenças e de idéias veneradas durante séculos; as novas tornam-se velhas antes de terem podido se ossificar.<sup>62</sup>

A burguesia “cria um mundo à sua imagem e semelhança”. Ela “foi a primeira a provar o que pode realizar a atividade humana: criou maravilhas maiores do que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as cruzadas”. Enfim, perguntam-se Marx e Engels, fascinados com a potência revolucionária dessa classe, “que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?” A burguesia foi, naquele momento, a mais nítida expressão da modernidade e do processo de racionalização.

Assim, tal como já ocorrera na transição do feudalismo para o capitalismo, o pleno desenvolvimento do novo modo de produção implica necessariamente na criação e desenvolvimento de forças materiais cruciais à construção ou constituição de uma nova sociedade não sendo

possível levar a cabo uma libertação real sem ser no mundo real e através de meios reais; que não é possível abolir a escravidão sem a máquina a vapor e a *mule-Jenny*, nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura; que, mais genericamente, não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem completamente aptos a fornecerem-se de comida e bebida, a satisfazerem as suas necessidades de alojamento e vestuário em qualidade e quantidade perfeitas.<sup>63</sup>

Segundo Marx e Engels, o modo de produção capitalista estende-se a todas as nações, obrigadas a abraçar o que a burguesia chama de "civilização". A premência de encontrar novos mercados e matérias-primas e de gerar novas necessidades leva-a a estabelecer-se em todas as partes.

## A TRANSITORIEDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Mas a nova sociedade "que saiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu as contradições entre as classes. Unicamente substituiu as velhas classes, as velhas condições de opressão, as velhas formas de luta por outras novas." Cada vez mais nitidamente dividida

em dois vastos campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado... A burguesia despojou de sua auréola todas as profissões que até então eram tidas como veneráveis e dignas de piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados.<sup>64</sup>

Mantiveram-se, dessa forma, as condições da luta de classes. Sendo as sociedades classistas fundadas em uma contradição que lhes é inerente, também o capitalismo estaria condenado a extinguir-se com a eclosão de um processo de revolução social.

As relações burguesas de produção e troca, as relações burguesas de propriedade, toda essa sociedade burguesa moderna, que fez surgir tão potentes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não é capaz de dominar as potências infernais que desencadeou com seus conjuros (...) As armas de que a burguesia se serviu para derrubar o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. Porém a burguesia não forjou somente as armas que lhe darão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas — os operários modernos, os proletários.<sup>65</sup>

Ao mesmo tempo que cresce essa "massa" da humanidade absolutamente despossuída aumenta também sua concentração em grandes centros industriais, sua capacidade de organização e de luta e a consciência de sua situação social. É ao proletariado que Marx e Engels atribuem o papel de agente transformador da sociedade capitalista.<sup>66</sup>

De todas as classes que hoje enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária... As camadas médias — o pequeno comerciante, o pequeno industrial, o artesão, o camponês — todas elas lutam contra a burguesia para salvar sua existência, enquanto camadas médias, da ruína. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, já que pretendem voltar atrás a roda da História. São revolucionárias somente quando têm diante de si a perspectiva de sua passagem iminente ao proletariado (...) O lumpemproletariado, esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, em virtude de suas condições de vida está mais predisposto a vender-se à reação para servir às suas manobras.<sup>67</sup>

Por meio de um processo revolucionário, as condições de apropriação e concentração dos meios de produção existentes em mãos de uma classe desaparecem e, a partir de então, inicia-se um processo de fundação da sociedade sobre novas bases. No caso de uma revolução proletária, na medida em que desaparecessem as garantias da propriedade privada dos meios de produção, o mesmo aconteceria com a burguesia como classe e com o modo capitalista de produção. Instalar-se-ia, então, uma nova forma de organização social que, numa fase transitória, seria uma ditadura do proletariado mas, ao realizar todas as condições a que se propôs, tornar-se-ia uma sociedade comunista. A antiga sociedade civil será então substituída "por uma associação que exclua as classes e seu antagonismo; já não existirá um poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo de classe dentro da sociedade civil".<sup>68</sup> Uma das premissas para a existência dessa sociedade seria o grande desenvolvimento das forças produtivas promovido pela produção capitalista "pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, começará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior..."<sup>69</sup> Em outras palavras, "a libertação é um fato histórico e não um fato intelectual, e é provocado por condições históricas, pelo progresso da indústria, do comércio, da agricultura".<sup>70</sup>

## TRABALHO, ALIENAÇÃO E SOCIEDADE CAPITALISTA

O fundamento da alienação, para Marx, encontra-se na atividade humana prática: o trabalho. Marx faz referência principalmente às manifestações da alienação na sociedade capitalista. Segundo ele, o fato econômico é "o estranhamento entre o trabalhador e sua produção" e seu resultado é o

“trabalho alienado, cindido” que se torna independente do produtor, hostil a ele, estranho, poderoso e que, ademais, pertence a outro homem que o subjuga — o que caracteriza uma relação social. Marx sublinha três aspectos da alienação: 1) o trabalhador relaciona-se com o produto do seu trabalho como com algo alheio a ele, que o domina e lhe é adverso, e relaciona-se da mesma forma com os objetos naturais do mundo externo; o trabalhador é alienado em relação às coisas; 2) a atividade do trabalhador tampouco está sob seu domínio, ele a percebe como estranha a si próprio, assim como sua vida pessoal e sua energia física e espiritual, sentidas como atividades que não lhe pertencem; o trabalhador é alienado em relação a si mesmo; 3) a vida genérica ou produtiva do ser humano torna-se apenas meio de vida para o trabalhador, ou seja, seu trabalho — que é sua atividade vital consciente e que o distingue dos animais — deixa de ser livre e passa a ser unicamente meio para que sobreviva. Portanto, “do mesmo modo como o operário se vê rebaixado no espiritual e no corporal à condição de máquina, fica reduzido de homem a uma atividade abstrata e a um estômago”.<sup>71</sup> Por outro lado, o trabalho produtivo acaba por tornar-se uma obrigação para o proletário, o qual, não sendo possuidor dos meios de produção, é compelido a vender sua atividade vital, que

não é para ele mais do que um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. O operário nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, para ele é, antes, um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria por ele transferida a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade não é tampouco o objetivo dessa atividade. O que o trabalhador produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que extrai da mina, nem o palácio que constrói. O que produz para si mesmo é o *salário*, e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a um casaco de algodão, umas moedas de cobre e um quarto num porão. E o trabalhador que tece, fia, perfura, torneia, cava, quebra pedras, carrega etc. durante doze horas por dia — são essas doze horas de tecer, fiar, torneiar, construir, cavar e quebrar pedras a manifestação de sua vida, de sua própria vida? Pelo contrário. Para ele a vida começa quando terminam essas atividades, à mesa de sua casa, no banco do bar, na cama. As doze horas de trabalho não têm para ele sentido algum enquanto tecelagem, fiação, perfuração etc., mas somente como meio para ganhar o dinheiro que lhe permite sentar-se à mesa, ao banco no bar e deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para ganhar seu sustento como lagarta, seria o autêntico trabalhador assalariado.<sup>72</sup>

Dito de outra maneira, o trabalhador e suas propriedades humanas só existem para o capital. Se ele não tem trabalho, não tem salário, não tem existência. Só existe quando se relaciona com o capital e, como este lhe é estranho, a vida do trabalhador é também estranha para ele próprio. Diz Marx que o malandro, o sem-vergonha, o mendigo, o faminto, o

miserável, o delinqüente não existem para a economia política, são fantasmas fora de seu reino, já que ela somente leva em conta as necessidades do trabalhador cujo atendimento permite manter vivo a ele e a categoria dos trabalhadores. O salário serve para conservar o trabalhador como qualquer outro instrumento produtivo. Esta é uma visão estreita do que são as necessidades humanas que contemplam também a beleza, a paixão, o espírito e a sociedade mesma, os demais seres humanos. Mas enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção, as necessidades dos homens resumem-se ao dinheiro, e as novas necessidades criadas servirão para obrigá-los a maiores sacrifícios e dependência.

Com a massa de objetos cresce, portanto, o reino dos seres alheios aos quais o homem está submetido, e cada novo produto é uma nova potência do recíproco engano e da recíproca exploração. O homem, enquanto homem, faz-se mais pobre, necessita mais do dinheiro para apoderar-se do ser inimigo...<sup>73</sup>

Em suma, o operário não se reconhece no produto que criou, em condições que escapam a seu arbítrio e às vezes até à sua compreensão, nem vê no trabalho qualquer finalidade que não seja a de garantir sua sobrevivência. E a própria “força de produção multiplicada que nasce por obra da cooperação dos diferentes indivíduos sob a ação da divisão do trabalho” aparece aos produtores como um poder alheio, sobre o qual não têm controle, não sabem de onde procede e sentem como se estivesse situado à margem deles, independente de sua vontade e de seus atos e que “até mesmo dirige esta vontade e estes atos”. Mas o próprio capitalista, senhor da riqueza, dela é escravo e se desumaniza. A produção coletiva é organizada e dirigida segundo os interesses de uma camada da sociedade: a burguesia, desconsiderando-se todas as necessidades de realização pessoal e de bem-estar dos proletários que não estejam diretamente ligadas à criação de riqueza. Na medida em que a produção capitalista carece, para sustentar-se e aumentar a produtividade, do incessante aperfeiçoamento técnico, a divisão do trabalho é uma condição essencial. Mas a tarefa individual do trabalhador torna-se, de seu ponto de vista, um ato abstrato e sem relação com o produto final. “O que caracteriza a divisão do trabalho no seio da sociedade [capitalista] é ela que engendra as especialidades, as distintas profissões e, com elas, o idiotismo do ofício.”<sup>74</sup> A divisão capitalista do trabalho e mesmo a atividade profissional exercida atendem aos interesses particulares dos grupos dominantes e só eventualmente aos dos produtores. As decisões a respeito do quê, do quanto, de como, em que ritmo e por meio de quais métodos se produz escapam quase inteiramente da razão do produtor direto, “retiram ao trabalho do proletário todo o caráter substantivo e fazem com que perca todo atrativo para ele. O produtor converte-se num simples apêndice da máquina e só se exigem

dele as operações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem.”<sup>75</sup> Sendo assim, ele é mais facilmente substituível por outro trabalhador, “especializado” em atos abstratos e com precária capacidade de negociar melhores condições de vida e trabalho. Desse modo,

hoje em dia o custo do operário se reduz, mais ou menos, aos meios de subsistência indispensáveis para viver e perpetuar sua linhagem. Mas o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao custo de sua produção. Portanto, quanto mais enfadonho é o trabalho, mais baixam os salários. (...) Quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto maior é o desenvolvimento da indústria moderna, maior é a proporção em que o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. As diferenças de idade e sexo perdem toda significação social no que se refere à classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho cujo custo varia segundo a idade e o sexo.<sup>76</sup>

Em condições de alienação, o trabalho faz com que o crescimento da riqueza objetiva se anteponha à humanização (do homem e da natureza)<sup>77</sup>, sirva crescentemente como meio de exploração (ao transformar-se em capital), e só se realize como meio de vida. Por isso, ele “não é a satisfação de uma necessidade senão, somente, um meio para satisfazer as necessidades fora do trabalho”.<sup>78</sup> Marx considera que o trabalhador não se sente feliz, mortifica seu corpo e arruína seu espírito no trabalho que é obrigado a fazer, que é externo a ele. E se não existisse coação ele fugiria do trabalho como da peste... Ele só se sente de fato livre em suas funções animais e em suas funções humanas sente-se como um animal: “O animal se converte no humano, o humano no animal.” Até mesmo necessidades como a de ar livre deixam de existir “e o homem retorna à caverna, envenenada agora por uma mefítica pestilência da civilização, onde habita precariamente, como um poder alheio que pode fugir-lhe qualquer dia, do qual pode ser expulso qualquer dia se não paga. Tem que pagar por esta casa mortuária.”<sup>79</sup> No sistema capitalista, a força de trabalho é regulada como qualquer mercadoria. Assim, “se a oferta é muito maior do que a demanda, uma parte dos operários mergulha na mendicância ou morre de inanição”.<sup>80</sup>

Enquanto os trabalhadores têm que atender às suas necessidades por meio de uma organização da produção que não obedece ao controle coletivo, não participam de maneira consciente no processo produtivo. O poder social é percebido como uma força alheia.

Todos os meios para desenvolver a produção transformam-se em meios para dominar e explorar o produtor: fazem dele um homem truncado, fragmentário, ou o apêndice de uma máquina. Opõem-se a ele, como outras tantas potências hostis, as forças científicas da produção. Substituem

o trabalho atrativo por trabalho forçado. Fazem com que as condições em que se desenvolve o trabalho sejam cada vez mais anormais, e submetem o trabalhador, durante seu serviço, a um despotismo tão ilimitado como mesquinho. Convertem toda sua vida em tempo de trabalho...<sup>81</sup>

A quantificação dos produtos do trabalho humano permite o cálculo de sua equivalência. Troca-se uma certa quantidade de moeda por um saco de cimento. Mas essa relação parece ocorrer entre coisas. Conquanto seja “uma relação social determinada dos homens entre si (...) adquire para eles a forma fantástica de uma relação de coisas entre si”.<sup>82</sup> Este é o que Marx chama de *caráter fetichista da mercadoria*, dado pela incapacidade dos produtores de perceber que, através da troca dos frutos de seus trabalhos no mercado, são eles próprios que estabelecem uma relação social. Em outras palavras, o fetichismo do mundo das mercadorias deve-se a que os atributos sociais do trabalho são ocultos detrás de sua aparência material já que

o que interessa na prática aos que intercambiam produtos é saber quanto obterão em troca deles, isto é, a proporção em que se intercambiam entre si. Quando esta proporção adquire certa estabilidade habitual, parece-lhes proveniente da natureza mesma dos produtos do trabalho. Parece existir nas coisas uma propriedade de intercambiar-se em proporções determinadas, como as substâncias químicas combinam-se em proporções fixas.<sup>83</sup>

Isso quer dizer que as relações sociais aparecem aos olhos dos homens encantadas sob a forma de valor, como se este fosse uma propriedade natural das coisas. Através da forma fixa em valor-dinheiro, o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre os produtores se obscurecem. É como se um véu nublasse a percepção da vida social materializada na forma dos objetos, dos produtos do trabalho e de seu valor. Assim,

o duplo caráter social dos trabalhos particulares reflete-se no cérebro dos produtores com a forma que lhes imprime o comércio prático, o intercâmbio dos produtos. Quando os produtores colocam frente a frente e relacionam entre si os produtos de seu trabalho como valores, não é porque vêem neles uma simples envoltura sob a qual se oculta um trabalho humano idêntico. Muito pelo contrário. Ao considerar iguais na troca seus produtos diferentes, estabelecem que seus distintos trabalhos são iguais. E fazem-no sem saber. Em consequência, o valor não traz escrito na testa o que é. Ao contrário, de cada produto do trabalho faz um hieróglifo. Somente com o tempo o homem trata de decifrar seu sentido, de penetrar nos segredos da obra social para a qual contribui, e a transformação dos objetos úteis em valores é um produto da sociedade, da mesma maneira que a linguagem.<sup>84</sup>



Mas, a necessidade permanente de renovação e avanço técnico é também uma das oposições dialéticas que constituem a sociedade capitalista e a levam à sua superação como derradeira sociedade de classes. "As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social..."<sup>85</sup> Logo, "a condição da emancipação da classe operária é a abolição de todas as classes".<sup>86</sup>

O propósito último da crítica-prática é mostrar o caminho da humanização, a fim de que os homens possam assumir a direção da produção, orientando-a segundo sua vontade consciente e suas necessidades e, não, de acordo com um poder "externo" que regule a atividade que caracteriza a espécie. A extinção das diversas formas de alienação exige que "as condições de trabalho e da vida prática apresentem ao homem relações transparentes e racionais com seus semelhantes e com a natureza",<sup>87</sup> reclama, então, uma sociedade onde o conflito entre homem e natureza e entre homem e homem se resolva: a sociedade comunista.

## R E V O L U Ç Ã O

Prolongando a tradição iluminista, a teoria marxiana volta-se à temática do progresso, e procura estabelecer as leis de desenvolvimento das sociedades.

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter, nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência dessas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e, assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.<sup>88</sup>

Quando a necessidade de expansão das forças produtivas de uma dada formação social choca-se com as estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes, estas começam a se desintegrar, para dar lugar a uma nova estrutura, já anunciada nos elementos contraditórios da sociedade que se extingue. Abre-se então uma época revolucionária, de eclosão dos conflitos sociais amadurecidos sob a aparente harmonia anterior. O progresso é o resultado dialético dessa ruptura. As relações sociais de produção tornam-se um entrave ao desenvolvimento. No período medieval, as forças produtivas anunciadas pela burguesia nascente foram de encontro

aos interesses representados nas corporações de ofícios e nas guildas. Por isso é que as revoluções burguesas vieram representar o processo de liberação daquelas forças, paralisadas por relações sociais ultrapassadas. Essa não-correspondência entre relações sociais e forças produtivas cerceia o potencial de avanço da produção, fornece as condições materiais para que as classes atuem e exerçam seu papel revolucionário. O progresso das forças produtivas, os câmbios nas relações sociais de produção e, conseqüentemente, nas instituições políticas, jurídicas, religiosas etc. permitem compreender como se dá historicamente a passagem de uma organização social a outra mais avançada, ou a um novo modo de produção. Quando uma classe consegue impor-se sobre outras classes debilitadas ou historicamente ultrapassadas, ela destrói as formas econômicas, as relações sociais, civis e jurídicas, as visões de mundo e o regime político, substituindo-os por outros, condizentes com seus interesses e seu domínio. O fundamento desse processo de negação e de transição é a vida material, sendo as classes socialmente oprimidas os agentes de tais transformações e da mudança social. Embora a organização dos grupos explorados e a intensificação da luta política venham a desembocar na conquista do poder, não se trata de uma mera troca de posições — de modo que os que eram anteriormente oprimidos passem a ocupar o lugar dos opressores — mas da construção de uma nova sociedade sobre outras bases. Para Marx, "de todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária",<sup>89</sup> é ela que faz evoluir mais rápida e eficientemente toda a sociedade, liberando os elementos de progresso contidos no interior das velhas e enrijecidas estruturas sociais. Enquanto essa classe ocupa uma posição subordinada desde o ponto de vista econômico, social e político, suas idéias e interesses encontram-se também numa situação dominada, e são combatidos e reprimidos pelos grupos dominantes, organizados na forma de ideologias, ciência, religião, leis, aparatos repressivos e estatais em geral, modos de pensar, valores etc. Segundo Marx, somente quando "já não existam classes e antagonismos de classes é que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas".<sup>90</sup> Na medida em que a vida humana alienada se manifesta, no capitalismo, através da propriedade privada, é a superação desta a apropriação da vida. Enquanto a alienação religiosa ocorre "no domínio da consciência, a alienação econômica pertence à vida real, por isso sua superação abarca ambos aspectos" e possibilita a volta dos homens à sua vida humana, ou seja, social.<sup>91</sup>

# C O M U N I S M O

O modo de produção capitalista já representou um passo evolutivo em relação ao feudalismo, dado que a maneira como passa a ser extraído o trabalho excedente e as condições em que isso se dá "são mais favoráveis para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais de produção e para a criação de uma estrutura nova e superior" que resultará de um processo revolucionário, "uma etapa na qual desaparecerão a coerção e a monopolização, por uma fração da sociedade em detrimento da outra, do progresso social".<sup>92</sup> As referências à sociedade comunista não pretendem ser profecias, como pretendem alguns, mas reflexões orientadas por princípios como a liberdade e a não-alienação. É Marx quem afirma que "o comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato, mas o comunismo em si não é a finalidade do desenvolvimento humano, a forma da sociedade humana".<sup>93</sup> O que o comunismo possibilita é submeter a criação dos homens "ao poder dos indivíduos associados"<sup>94</sup> e que a divisão do trabalho passe a obedecer aos interesses de toda a sociedade. Garantida a apropriação social das condições da existência, extinguir-se-ia a contradição entre o indivíduo privado e o ser coletivo, sendo geradas as condições para a liberação das capacidades criadoras humanas, promovendo a instalação do reino da liberdade o qual "só começa quando se deixa de trabalhar por necessidade e condições impostas desde o exterior".<sup>95</sup> No texto a seguir, a sociedade comunista é descrita de maneira alegórica.

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividades exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isso a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico.<sup>96</sup>

Nela se antevêm as possibilidades de um sistema social regulado de acordo com as necessidades humanas, voltado para as potencialidades criativas que os indivíduos livres abrigam em seu espírito. E como

a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende apenas da riqueza de suas relações reais, só desta forma se poderá libertar cada indivíduo dos seus diversos limites nacionais e locais depois de entabular relações

práticas com a produção do mundo inteiro (incluindo a produção intelectual) e de se encontrar em estado de poder beneficiar da produção do mundo inteiro em todos os domínios (criação dos homens). A dependência universal... será transformada pela revolução comunista em controle e domínio consciente desses poderes que, engendrados pela ação recíproca dos homens uns sobre outros, se lhes impuseram e os dominaram até agora, como se se tratasse de poderes absolutamente estranhos.<sup>97</sup>

A sociedade comunista seria o resultado de uma "reconstrução consciente da sociedade humana", pondo fim à "pré-história da humanidade" e dando início a uma nova vida social.

## C O N C L U S Õ E S

A complexidade do objeto que o marxismo procura analisar — a gênese das sociedades humanas, suas estruturas econômicas, sociais, políticas, ideológicas e os vínculos que mantêm entre si, suas contradições internas e o que as sociedades contemporâneas podem anunciar — resultou num rico manancial tanto de idéias como de equívocos. É impossível catalogar todos os trabalhos que se propuseram a interpretá-lo, a condensá-lo e a rastrear conceitos que se disseminaram por toda a obra marxista em que tomaram formas distintas. O próprio pensamento marxiano evoluiu internamente, sendo aceita por alguns a divisão entre a produção da juventude e a da maturidade. Além disso, ainda que Marx fosse explicitamente contrário às subdivisões dentro das ciências humanas, posteriormente, distintas áreas do conhecimento — como a filosofia, a história, a economia, a antropologia, a lingüística e a sociologia — apropriaram-se de certos temas e textos com vistas a aplicar o método histórico materialista à análise de questões contemporâneas, segundo a perspectiva particular de cada uma delas. Movimentos políticos e sociais — tais como grupos feministas, ambientalistas, partidos, sindicatos, movimentos libertários e estéticos vinculados ao teatro revolucionário e popular, ao cinema, às correntes psicanalíticas — encarregaram-se também de examinar as proposições marxianas. Da mesma forma, algumas correntes das ciências sociais retomaram o materialismo na interpretação de temas presentes na sociedade contemporânea, tais como as conseqüências da atuação direta do Estado sobre a economia ou a vida privada, o crescimento dos grupos médios ligados ao setor de serviços, a redução do setor produtivo, o acesso do proletariado aos bens da sociedade de consumo, a utilização eficiente dos recursos de comunicação de massas por grupos que sustentam o status quo, as formas de organização econômica, política e militar das grandes

potências imperialistas e dos setores em que se experimentam relações sociais livres de repressão. Estudam-se também as causas da miséria, da violência, da injustiça social, as novas instituições familiares e religiosas, o aparecimento de contradições sociais não-classistas, conflitos étnicos, a desintegração política e social do proletariado no sentido clássico e, finalmente, de que modo se pode contribuir na escolha dos caminhos mais compatíveis com os anseios de liberdade e de felicidade humana apontados desde a sociedade grega antiga.

## B I B L I O G R A F I A

- ENGELS, F. Carta a Bloch, 21/9/1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- HEGEL, Georg W. Friedrich. *A fenomenologia do espírito*. 2. ed. Tradução de Henrique Lima Vaz. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MANDEL, Ernest. *Tratado de economía marxista*. Tradução de Francisco Díez. México: Era, 1969. v. I.
- MARX, K. Carta a Annenkov, 28/12/1846. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- MARX, K. In: Carta a Weidemeyer, 5/3/1846. MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- MARX, K. Crítica à economia política. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.
- MARX, K. Discurso no *People's Paper*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976. 2 V.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In: \_\_\_\_\_. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.
- MARX, K.; ENGELS, F. Teses contra Feuerbach. In: \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976. 2 V.

MARX, K. *El capital*. Crítica de la economía política. Tradução de Floreal Mazía. Buenos Aires: Cartago, 1973. 3 V.

MARX, Carlos. Introdução à crítica da economia política. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, K. *Manuscritos: economía y filosofía*. Tradução de Francisco Rubio Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

MARX, K. *Miseria de la filosofía*. Respuesta a la filosofía de la miseria del señor Proudhon. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

MARX, K. El dieciocho brumario de Luis Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.

MARX, K. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.

MARX, K. *O capital*. [s.n.t.].

## N O T A S

<sup>1</sup> HEGEL. *A fenomenologia do espírito*, p. 6. O pensamento de Hegel continua a ser pouco assimilável pela mentalidade ocidental, especialmente suas reflexões sobre o ser e o não-ser, que ultrapassam os princípios da identidade e da não-contradição da lógica clássica. Hegel procura mostrar que o sensível, o que vemos, é, logo a seguir, o que não é. Se o "aqui" é uma árvore, quando lhe voltamos as costas, essa verdade desaparece e se transforma no seu contrário, o "aqui" passa então a ser uma casa. O "aqui" permanece e lhe é indiferente ser casa ou árvore. Da mesma maneira, o "agora" que é noite transforma-se depois em um não-existente quando o dia amanhece. "Aqui" e "agora" são universais e o objeto é inessencial.

<sup>2</sup> Isto é: o acontecimento singular, a acidentalidade, o fato, o fenômeno contingente, o imediato, o particular ou a parte.

<sup>3</sup> "O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que atinge a completude por meio do seu desenvolvimento", diz Hegel, assim, "o fruto surge em lugar da flor como verdade da planta". HEGEL. *A fenomenologia do espírito*, p. 13 e 6.

<sup>4</sup> Marx considera que a propriedade privada fez dos homens seres tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é seu quando lhes pertence, quando existe “como capital, ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado”. Os sentidos físicos e espirituais foram substituídos pelo de possuir.

<sup>5</sup> Friedrich Engels (1820-1895) foi o grande colaborador de Marx. Juntos escreveram *A sagrada família*, *A ideologia alemã* e *Manifesto do Partido Comunista*, importantes referências na produção marxista, e assumiram compromissos políticos condizentes com suas propostas. Além de diversos artigos, Engels publicou *Do socialismo utópico ao científico*, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e *Contribuição ao problema da moradia*. Após a morte de Marx, tomou para si a tarefa de organizar os manuscritos deixados por aquele, bem como interpretá-los e divulgá-los. Optamos por não lhe dar aqui o mesmo tratamento dado a Marx, que de fato elaborou os principais fundamentos teóricos que dão coerência ao sistema marxista de interpretação.

<sup>6</sup> Como disse Engels a respeito das colocações feitas em *A essência do cristianismo*, de Feuerbach, “fora da natureza e dos homens, não existe nada, e os seres superiores que nossa imaginação religiosa forjou não são mais do que outros tantos reflexos fantásticos de nosso próprio ser”. ENGELS. Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana, p. 387.

<sup>7</sup> Segundo Feuerbach “quanto mais vazia é a vida, tanto mais pleno, tanto mais concreto é Deus. O mundo real se esvazia quando a divindade aumenta. Somente o homem pobre tem um Deus rico.” Citado em MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 216.

<sup>8</sup> O rompimento de Marx e Engels com os jovens hegelianos consuma-se com a redação de *A ideologia alemã*, em 1846, com o que dizem ter feito um ajuste de contas com sua “consciência filosófica anterior”. Esta obra só é publicada em 1932.

<sup>9</sup> O termo alienação é a tradução mais divulgada das três principais palavras alemãs empregadas por Marx para expressar a idéia de tornar-se estranho a si mesmo, não reconhecer-se em suas obras, desprender-se, distanciar-se, perder o controle.

<sup>10</sup> MARX; ENGELS. *Teses contra Feuerbach*, p. 53.

<sup>11</sup> MARX. *Discurso no People's Paper*, p. 369.

<sup>12</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 32.

<sup>13</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 18.

<sup>14</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 19.

<sup>15</sup> MARX. *Carta a Annenkov*, p. 472-475.

<sup>16</sup> MARX. *Miseria de la filosofía*, p. 104.

<sup>17</sup> MARX. *Introdução à crítica da economia política; Crítica à economia política*, p. 239-240.

<sup>18</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 33.

<sup>19</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 112.

<sup>20</sup> Isto nem sempre se dá de maneira adequada, ou tendo em vista os interesses coletivos ou da espécie, podendo haver destruição dos recursos naturais.

<sup>21</sup> MARX. *Introdução à crítica da economia política*, p. 220.

<sup>22</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 178.

<sup>23</sup> MARX. *Carta a Annenkov*, p. 470-471.

<sup>24</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 35.

<sup>25</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 20.

<sup>26</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 20.

<sup>27</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 92.

<sup>28</sup> MARX. *Miseria de la filosofía*, p. 91.

<sup>29</sup> O marxismo adotou e difundiu o termo infra-estrutura.

<sup>30</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 24.

<sup>31</sup> MARX. *El dieciocho brumario de Luis Bonaparte*, p. 276.

<sup>32</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 25.

<sup>33</sup> MARX. *O capital*, v. III, p. 775-776.

<sup>34</sup> MARX. *Prefácio*, p. 28.

<sup>35</sup> Uma publicação da época observou que o que fora dito por Marx acerca da relevância da base material numa dada organização social só seria justo “no que se refere ao mundo moderno, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, na qual reinava o catolicismo, nem para Atenas e Roma, nas quais reinava a política”. Marx, que se utiliza de seu habitual estilo irônico, replica: “Antes de tudo, é estranho que a certas pessoas agrade supor que alguém desconheça estas maneiras de falar, antiquadas e muito comuns, sobre a Idade Média e a Antiguidade. Está claro que nem a primeira podia viver do catolicismo, nem a segunda da política. Pelo contrário, as condições econômicas de então explicam por que o catolicismo, no primeiro caso, e a política, no segundo, representavam o papel principal. Por outro lado, ninguém ignora que até D. Quixote teve que se arrepender por ter acreditado que a cavalaria errante era compatível com todas as formas econômicas da sociedade.” *O capital*, v. I, p. 94-95).

- <sup>36</sup> ENGELS. Carta a Bloch, p. 520-522.
- <sup>37</sup> Nos países onde ocorreram revoluções socialistas, assiste-se ao esforço de definir uma arte do proletariado que seria colocada a serviço da revolução.
- <sup>38</sup> O capítulo de *O capital* intitulado "As classes contêm duas páginas inacabadas". Nele, Marx refere-se às três grandes classes da sociedade moderna baseada no sistema de produção capitalista: os proprietários de força de trabalho, de capital e de terra.
- <sup>39</sup> Malinovski citado por MANDEL. *Tratado de economia marxista*, p. 38.
- <sup>40</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 22.
- <sup>41</sup> MARX. Crítica à economia política, p. 235.
- <sup>42</sup> Exemplos de frações de classe: a burguesia financeira ou comercial, o proletariado do setor extrativo etc.
- <sup>43</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 56.
- <sup>44</sup> MARX. Carta a Weidemeyer, p. 481.
- <sup>45</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 26.
- <sup>46</sup> Essa denominação (classe em si, para si) só chegou a ser utilizada nos escritos de juventude, mas a idéia de que a produção da vida material constitui formas de consciência continuou a ser desenvolvida, assim como a de que o proletariado seria a única classe capaz de liberar toda a humanidade da situação de opressão e de injustiça que caracteriza as sociedades classistas.
- <sup>47</sup> MARX. El dieciocho brumario de Luis Bonaparte, p. 341.
- <sup>48</sup> MARX. Miseria de la filosofía, p. 157-158.
- <sup>49</sup> MARX. Introdução à crítica da economia política, p. 234.
- <sup>50</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 57.
- <sup>51</sup> MARX. Crítica à economia política, p. 282.
- <sup>52</sup> Os trabalhos humanos concretos, úteis, convertem-se em trabalho abstrato que se manifesta como dinheiro, a forma equivalente por meio da qual aqueles podem ser trocados.
- <sup>53</sup> MARX. *O capital*, v. III, p. 573.
- <sup>54</sup> MARX. Trabalho assalariado e capital, p. 75.
- <sup>55</sup> O salário é o preço da força de trabalho e, em função das variações do mercado, pode estar temporariamente acima ou abaixo do valor da força de trabalho.

- <sup>56</sup> A *taxa* de mais-valia, que é a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário, é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital.
- <sup>57</sup> MARX. *O capital*, v. III, p. 801.
- <sup>58</sup> Na Inglaterra, as revoluções de 1640 e 1688 encarregaram-se de destruir as antigas formas econômicas e as relações sociais e políticas correspondentes.
- <sup>59</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 26.
- <sup>60</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 352.
- <sup>61</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 176.
- <sup>62</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 25.
- <sup>63</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 28. A *mule-Jenny* foi a primeira máquina automática de fiar.
- <sup>64</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 27-28.
- <sup>65</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 27-28.
- <sup>66</sup> Numa frase muito conhecida, Marx e Engels dizem: "A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis." MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 34.
- <sup>67</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 32.
- <sup>68</sup> MARX. Miseria de la filosofía, p. 159.
- <sup>69</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 42.
- <sup>70</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 28.
- <sup>71</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 54.
- <sup>72</sup> MARX. Trabalho assalariado e capital, p. 75.
- <sup>73</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 156.
- <sup>74</sup> MARX. Miseria de la filosofía, p. 127.
- <sup>75</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 28.
- <sup>76</sup> MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 28-29.
- <sup>77</sup> Com o comunismo seria solucionado o conflito entre o homem e a natureza, e o homem voltaria a si mesmo enquanto homem social, isto é, humano. "A sociedade é, pois, a unidade essencial do homem com a natureza" e deixará de ser uma abstração frente ao indivíduo. MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 143-146.
- <sup>78</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 109.

- <sup>79</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 158.
- <sup>80</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 52.
- <sup>81</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 619.
- <sup>82</sup> Marx faz analogia com o mundo religioso no qual “os produtos do cérebro do homem têm o aspecto de seres independentes, dotados de corpos particulares”, como no caso dos deuses.
- <sup>83</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 88-89.
- <sup>84</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 88.
- <sup>85</sup> MARX. Prefácio, p. 29.
- <sup>86</sup> MARX. *Miseria de la filosofía*, p. 159.
- <sup>87</sup> MARX. *O capital*, v. I, p. 93.
- <sup>88</sup> MARX. Prefácio, p. 29.
- <sup>89</sup> MARX. *Miseria de la filosofía*, p. 159.
- <sup>90</sup> MARX. *Miseria de la filosofía*, p. 160.
- <sup>91</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 144.
- <sup>92</sup> MARX. *O capital*, v. II, p. 802.
- <sup>93</sup> MARX. *Manuscritos: economía y filosofía*, p. 156.
- <sup>94</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 82.
- <sup>95</sup> MARX. *O capital*, v. III, p. 802.
- <sup>96</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 40-41.
- <sup>97</sup> MARX; ENGELS. *A ideologia alemã*, p. 46.